

1984: Totalitarismo, vigilância e censura: retomando a questão do determinismo linguístico

1984: *Totalitarianism, vigilance and censorship:
retaking the question of language determinism*

Emanuele Mendonça de Freitas¹
Heloísa Pedroso de Moraes Feltes²
Sílvia Maria Zanella³

Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura. Caxias do Sul, RS, Brasil.

¹ Mestranda pelo Programa de Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul. Bolsa PROSUP/CAPEES.

 <https://orcid.org/0000-0002-6103-8534>

E-mail: emfreitas@ucs.br

² Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura.

 <https://orcid.org/0000-0002-2875-8660>

E-mail: helocogn@terra.com.br

³ Mestranda pelo Programa de Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul. Bolsa PROSUP/CAPEES.

 <https://orcid.org/0000-0002-6706-8996>

E-mail: silviamariazanella@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa a obra *1984*, de George Orwell, estabelecendo relações com os regimes totalitários no século XX, enfatizando o contexto brasileiro de censura e repressão vivenciado durante dois períodos distintos: a Era Vargas e o Regime Militar. O aporte teórico Foucaultiano traz a disciplina, a vigilância, a censura e a punição como formas de instituição e manutenção do poder nas obras *A ordem do discurso* e *Vigiar e punir*. Uma das formas de controle apresentadas pela obra de Orwell é o determinismo linguístico que é estabelecido a partir da criação da Novafala, idioma usado no controle do pensamento em *1984*. Nesse contexto, aborda-se a Novafala, relacionando-a à versão extremada da Hipótese Sapir-Whorf acerca do determinismo linguístico, a qual, na discussão, não pode ser sustentada de forma cabal.

Palavras-chave: *1984*; George Orwell; Totalitarismo; Determinismo linguístico.

ABSTRACT: This article analyses the book *1984*, written by George Orwell, establishing relation with the totalitarian regimes in the twentieth century, highlighting the context of both censorship and repression in Brazil experienced during two distinct periods: Vargas Era and Military dictatorship. Foucault's theoretical base proposes discipline, vigilance, censorship and punishment as strategies of institutionalization and maintenance of power in the works *The Order of Discourse* and *Discipline and Punish*. One of the ways of control presented by Orwell's work is the linguistic determinism being established after the creation of the Newspeak, language used for mind control in *1984*. In this context, it is approached the Newspeak as being related to the extreme version of Sapir-Whorf hypothesis of the linguistic determinism, which, in discussion, cannot be supported utterly.

Keywords: *1984*; George Orwell; Totalitarianism; Linguistic determinism

Só depois de termos o símbolo é que sentimos também ter uma chave para o conhecimento ou compreensão imediata do conceito. [...] Aliás, a palavra, como bem sabemos, pode deixar de ser uma chave; pode ser também um grilhão...

(SAPIR, [1921], 1980, p. 20)

Os limites da minha linguagem significa os limites do meu mundo.

(WITTGENSTEIN, [1921], 1987, 5.6, p. 114)

1 Introdução

Este artigo tem por finalidade analisar a obra 1984, de George Orwell, tendo por suporte teórico básico os estudos de Michel Foucault sobre disciplina e discurso e os de Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf que tratam da relação entre língua e pensamento, especificamente a hipótese extremada do determinismo linguístico.

Uma breve revisão de literatura sobre o tema no período de aproximadamente dez anos permite-nos situar alguns dos estudos já realizados em língua portuguesa sobre a obra 1984.

Em um trabalho monográfico, Vicente (2005) trata da produção ideológica fomentada pela máquina estatal através dos meios de comunicação de massa, na manutenção do *status quo* de diferentes classes sociais. Utilizando a obra 1984, o autor analisa como a elite dominante produz informações de massas fomentando a tensão entre classes, a manipulação de pensamentos e ações, a fim de “manter sob seu jugo intelectual e cultural as camadas inferiores da estratificação social pré-estabelecida” (2005). Esse autor utiliza paradigmas estruturalistas de base positivista e conceitos da área do funcionalismo da comunicação como ferramentas para o entendimento do fluxo de mensagem dos meios fictícios de mídia. É possível observar, nessa monografia, um estudo minucioso acerca da *Novilíngua*¹.

Também em uma monografia, Osike (2011, p. 41), analisando 1984, afirma que “o determinismo não tem comprovação empírica e que tampouco é respaldado por critérios filosóficos razoáveis”. Porém, na obra a língua é tratada sob uma ótica determinista forte de modo que, a partir do momento em que certos conceitos deixam de ser categorizados pela língua, se tornam

inacessíveis para os falantes, e é desse modo que o Partido pretende “impedir a possibilidade de existência de pensamento herético por meio da supressão de palavras que contenham em si conceitos não-ortodoxos” (OSIKE, 2011, p. 41). Apesar disso, a autora menciona que mesmo que o Partido force os indivíduos a viver o presente, ele ainda permanece livre no interior de sua mente, podendo projetar um futuro sem o Partido, o que daria início à vontade de mudança social. Segundo Osike (2011, p. 43), talvez “o mais seguro para a manutenção da política totalitária fosse, de fato, proibir o uso do futuro remoto, o que não é a preocupação do Partido”. Além disso, considerando-se o fato de que cada indivíduo desenvolve uma forma própria de perceber e interpretar o mundo, verifica-se que os significados não são compartilhados da mesma maneira por todos os falantes, de modo que, “se o Partido mantivesse, ano após ano, a mesma forma normativa para a novilíngua, aconteceria a ela o mesmo que acontece com todas as outras: sua configuração na escrita seria uma, enquanto na fala ela não cessaria de se modificar” (OSIKE, 2011, p. 43). Dessa forma, percebe-se que, se a técnica do Partido realmente funcionasse, não existiriam dissidentes como Winston.

Santos (2011), por sua vez, analisa a obra do ponto de vista da língua/ linguagem, comparando-a com a linguística oficial russa de 1920/1930. O autor afirma que a obra 1984 está ligada a um dado contexto histórico, materializando “não apenas os discursos históricos sobre as perseguições políticas stalinistas como também os discursos científicos sobre as questões da linguagem que estavam em voga na sociedade russa da época” (SANTOS, 2011, p. 182). Nesse contexto, o autor analisa a Novafala como uma expressão de forças que objetivam acabar com o plurilinguismo, centralizando a linguagem. Além disso, ao analisar a obra de Orwell e a língua única mundial de Marr, percebeu que “a ideia de criação da língua única, através da destruição da materialidade linguística das línguas vigentes, teve origem no contexto soviético e estava estritamente relacionada com a geo-

¹ Neste artigo, utilizamos os termos *Novafala* e *Velhafala*. O termo *Novilíngua* é utilizado por Vicente (2005) ao longo de seu estudo em contraste a *Anticlíngua*.

política da época” (SANTOS, 2011, p. 183). Santos afirma que “uma vez que a enunciação e o discurso entram em cena, o sistema linguístico regido por uma semântica universal completa e absoluta é derrubado pelo sujeito que enuncia” (p. 187). Dessa forma, conforme o autor, embora a Novafala possa ser considerada como o lugar da servidão voluntária, se torna inviável, uma vez que a língua abrange muito mais do que o sistema, sendo posta em funcionamento por um indivíduo em determinado período e espaço, ambos marcados pela história e pela ideologia.

Partindo do caráter utópico de *1984*, Gagliardi (2013) busca compreender como a natureza humana pode ser modificada de modo a conviver em harmonia com a guerra, a escravidão e a força. Para tanto, a autora parte do pressuposto de que “o totalitarismo tem como objetivo transformar a essência do ser humano, para que ele seja uma peça que se encaixe perfeitamente na máquina em movimento que esse tipo de governo pretende ser” (GAGLIARDI, 2013, p. 59). A autora afirma ainda que a linguagem totalitarista seria uma estratégia eficaz de dominação, uma vez que “exerce o controle do ser humano de dentro pra fora” (p. 60). Considerando-se a ideia como formadora do homem e de sua realidade, percebe-se que a língua possibilita a realização dos ideais, de modo que os limites do homem seriam, então, os limites da língua. Nesse contexto, a linguagem totalitária, ao limitar a língua, controlaria também a forma como o homem atua no mundo, obrigando-o a falar coisas que não desejaria e privando-o de expressar sentimentos e pensamentos que, antes, seriam vitais.

Seguindo por outra linha de pesquisa, a dissertação de Tavares (2013) analisa o foco narrativo e das personagens de *1984*, em um diálogo com a fortuna crítica da obra. Depois de apresentar uma breve biografia do autor, que ficou conhecido pelo pseudônimo de George Orwell, a autora da dissertação fala do contexto histórico e social que levaram Eric Arthur

Blair a escrever a obra e demais ensaios e crônicas, estabelecendo um paralelo entre vida e a obra do autor. Ao pontuar que o meio em que Orwell estava inserido influenciou profundamente a sua escrita e que a literatura dialoga com a sociedade e tem um papel importante como ferramenta para o entendimento da realidade, Tavares considera um equívoco separar os escritos de Orwell de seu posicionamento crítico consciente.

Tiago (2015), por sua vez, propõe uma análise discursiva do romance *1984*, na qual se verifiquem as posições-sujeito da narrativa, as práticas de controle dessa sociedade e a constituição do sujeito imerso nessas relações de poder. A partir do materialismo histórico e linguístico e com referência à análise do discurso foucaultiana, se identificam as posições revoltadas, controladas, docilizadas e submissas de sujeitos inseridos em um sistema autoritário, disciplinador e de tamanha verossimilhança com o contexto de publicação da obra. No âmbito da linguagem, a dissertação visa observar a “mobilidade e a singularidade do discurso em funcionamento em uma narrativa literária.” (TIAGO, 2015, p. 15). Nesse sentido, foram observadas as práticas e processos discursivos que controlam a sociedade e constituem o sujeito. Constatou-se que, na sociedade distópica apresentada na obra de Orwell, a prática discursiva é controlada, manipulada e censurada a partir dos interesses do Partido, e que, juntamente com a exclusão, vem a segregação e a rejeição e, por fim, a negação da individualidade de quem se opõe ao sistema. Sendo assim, o que resta é a posição que lhe foi imposta como sujeito comum e obediente.

Por essa revisão de literatura, antecipamos que nosso ponto de vista converge com o de Osike (2011) e Santos (2011) e, portanto, diverge de Gagliardi (2013) principalmente com relação à máxima wittgensteiniana sobre os limites da linguagem e o mundo.

São várias as produções que discutem a obra *1984* com diferentes objetivos e utilizando as mais variadas abordagens, algumas analisando

extensivamente a Novafala. A discussão de Fairchild (2014) é uma entre outras que visa analisar 1984 sob a perspectiva Sapir-Whorfiana. Outras produções, entretanto, fazem o movimento contrário: para discutir a hipótese Sapir-Whorf, utilizam a obra de Orwell como parte de sua argumentação seja para o reforçamento da hipótese, seja para sua contestação (e.g., CASASANTO, 2008).

Nossa abordagem, por sua vez, tem dois objetivos: (i) traçar um paralelo entre a ordem política de 1984 com a Era Vargas e com período da Ditadura Militar no Brasil e (ii) posicionar-nos sobre a questão da relação da Novafala com a hipótese extremada Sapir-Whorfiana sobre o determinismo linguístico.

Esse artigo apresenta, inicialmente, o contexto histórico do século XX que instaura alguns governos totalitários. Em seguida, aborda-se a obra 1984, descrevendo como o governo totalitário agia e quais eram as normas presentes na sociedade de Oceania. Segue-se a isso uma análise acerca do discurso e da censura, com base na obra de Foucault, relacionando o texto de Orwell com dois importantes momentos de censura no Brasil, sendo eles: Era Vargas e Ditadura Militar, além de mostrar como a palavra, sendo um instrumento de poder, pode exercer um relativo poder na “manipulação” do povo. Na sequência, aborda-se a punição e a disciplina, conceituando-as por meio dos estudos de Foucault na obra *Vigiar e Punir*. Por fim, é discutida a questão do determinismo linguístico, exemplificando-o com características da Novafala, criada pelo partido, detentor do poder, com o intuito de controlar os pensamentos do povo de Oceania.

2 Contexto histórico: totalitarismo e censura

A obra do escritor George Orwell, 1984, foi escrita em 1949, período no qual o mundo ainda se reerguia após a guerra mais sangrenta de sua

história e já se via ameaçado por uma nova situação decorrente desse período, denominada *guerra fria*. A obra nasce como uma tragédia experienciada a partir da vigência de regimes totalitários em diversos países do planeta, entendendo-se por totalitarismo todo regime de exceção na qual seus governantes exercem o poder de forma autoritária, ditatorial e absoluta. Durante o século XX, diversas experiências totalitaristas foram vivenciadas em diferentes países. Na primeira metade do século, os motivos que levaram à ascensão de regimes ditatoriais foram a revolução Russa, de cunho socialista, e a crise do capitalismo de 1929. Conforme explica Eric Hobsbawn,

as forças que derrubavam os regimes liberal-democráticos eram de três tipos, omitindo a forma mais tradicional de golpes militares que instalavam ditadores ou caudilhos latino-americanos, sem qualquer coloração política *a priori*. [...] a ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade à realidade, da revolução social e do poder operário em geral (HOBSBAWN, 1995, p. 116).

São exemplos desse regime político os governos de Hitler, na Alemanha, Mussolini, na Itália, Stalin na antiga URSS e, porque não citar, Getúlio Vargas no Brasil, entre tantos outros que, a partir de campanhas populistas, assumem o poder geral da nação e ali permanecem por muito tempo, até que questões externas à própria nação os deponham.

Na segunda metade do século XX, o ‘temível’ avanço comunista justificou mais uma ascensão de regimes de exceção, que mesmo com desculpas diferentes encontram uma forma eficaz de se manter, interminavelmente, no poder. E é no momento em que estão em cena que cumprem a máxima maquiavélica de que “os fins justificam os meios” e fazem tudo o que for necessário para se manter no poder, tentando assumir o controle geral sobre a população e manipular, inclusive, sua forma de pensar. Nos termos de Maquiavel:

É tão grande a distância entre o modo como se vive e o que se deveria viver que, aquele que deixar o que faz para agir como deveria, aprende antes a se perder que a se conservar; porque quem quiser fazer profissão de bondade não pode evitar sua ruína entre tantos que são maus. Assim é necessário ao Príncipe (governante), que se queira manter, que aprenda a poder ser mau, e que use ou não de sua maldade segundo necessidade (MAQUIAVEL, 1997, p. 102).

A obra *1984* consegue representar, na prática do governo do Grande Irmão, o que Maquiavel teorizou no século XVI. O poder não é visto como um meio, mas como o fim em si mesmo. Isso significa que estar no poder é o objetivo principal. É o que se verifica na seguinte passagem:

Poder não é um meio, mas um fim. Não se estabelece uma ditadura para proteger uma revolução. Faz-se a revolução para instalar a ditadura. O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder (ORWELL, 2009, p. 308).

Outras características desse período são as táticas de espionagem e contraespionagem utilizadas pelos países envolvidos com o intuito de censurar, vigiar e punir qualquer transgressão às regras impostas pelo sistema. CIA e KGB desempenham com rigor esse papel nas principais potências envolvidas nesse período: Estados Unidos e União Soviética. Por serem os dois principais países em disputa durante a guerra fria, que se estende de 1945 a 1991, e, por representarem o antagonismo dialético do século XX, interessa para cada um a inexistência ou o fracasso do outro. E, portanto, todo e qualquer país que opte por se aliar a um dos lados deve, impreterivelmente, se desligar do outro, mesmo que, para isso, seja necessário aniquilar, desde o princípio, qualquer tipo de manifestação ou apoio às ideias ou personagens do grupo contrário. A forma encontrada para frear o avanço das ideias divergentes ou mesmo doutrinar a população a aceitar um único sistema político-econômico é por meio da censura, da

manipulação, do controle do que é trabalhado nas escolas, do que é visto nos teatros, transmitido nas rádios e na televisão e, simultaneamente, fazer a propaganda em prol do modelo vigente. E é num regime ditatorial, totalitário, que esse controle exacerbado se torna possível.

O Brasil, bem como outras repúblicas na América Latina, como por exemplo a Argentina e o Chile, são exemplos de países que se curvaram a um modelo político-econômico e, por conta disso, impuseram regimes totalitários com o intuito de barrar o avanço de ideias contrárias, além de coibir a propagação de diferentes ideologias. A ditadura militar, no Brasil, confirmou a aliança entre esse país e os Estados Unidos, proibindo qualquer manifestação de suporte ou simpatizante ao regime socialista, ao mesmo tempo em que em Cuba, aliada à União Soviética, a atitude de repúdio ao capitalismo acontece com a mesma intensidade.

É num contexto em que a ameaça de guerra é iminente e que os regimes totalitários se perpetuam no poder que a obra *1984* é escrita, e se torna uma descrição minuciosa desse tipo de regime político que acompanhou diversas nações durante o século XX.

3 A obra *1984*: totalitarismo e distopia

1984 é ambientada no ano que dá título a obra. Portanto, Orwell escreve a partir de sua perspectiva de futuro: uma distopia que não consegue vislumbrar um final feliz ou um mundo no qual as pessoas possam ser, de fato, livres e donas de seu destino, uma tragédia que apresenta uma sociedade alienada, controlada pelo Grande Irmão e seu governo. Cita-se o gênero trágico, uma vez que a tensão inicial não é desfeita e o protagonista não consegue sua libertação.

A obra conta a história de Winston, um redator que trabalhava no Partido Exterior (máquina controlada pelo governo) e que tinha como função

principal reescrever o passado e destruir as evidências de que tal passado teria ocorrido de forma diferente à nova versão que ele está produzindo. Winston representa as poucas pessoas da trama que têm memória. E essa se torna sua grande inimiga nesse contexto.

O enredo se desenvolve em um país denominado Oceania (que compreenderia o que hoje é a América e a ilha da Grã-Bretanha), que está em constante guerra, ora com o país da Lestásia, ora com a Eurásia e, portanto, por estar em constante clima de guerra e ter um inimigo “muito perigoso”, precisa estar sob cuidados de um governo forte e disciplinador, para não ser derrotado pelos outros países. Quem assume o papel de comandante é o Grande Irmão, um ser que pode até ser fictício, porque nunca aparece, mas que tem seu rosto estampado em jornais, muros e cartazes por todo o país, que vigia cada cidadão através de um sistema de comunicação denominado ‘teletela’, por onde ele pode ver e ouvir tudo o que acontece dentro do seu alcance, ou seja:

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto (ORWELL, 2009, p. 13).

A teletela representava, além da completa invasão da privacidade e controle obsessivo, um medo latente. Qualquer comentário, expressão facial, tiques nervosos, ou mesmo uma fala durante o sono que pudesse contrariar o partido, poderia ser visto como transgressão, sendo, portanto, passível de punição nos porões da sede do partido, onde a tortura era habitual. Nesse contexto de vigilância ostensiva surge, então, o termo *rostocrime*:

Era terrivelmente perigoso deixar os pensamentos à solta num lugar público qualquer ou na esfera de visão de uma teletela. Qualquer coisinha podia ser sua perdição. Um tique nervoso, um olhar inconsciente de

ansiedade, o hábito de falar sozinho – tudo que pudesse produzir uma impressão de anormalidade, de que tinha alguma coisa a esconder. Fosse como fosse, ostentar uma expressão inadequada no rosto (parecer incrédulo no momento em que uma vitória era anunciada, por exemplo) era em si uma infração passível de castigo. Havia inclusive uma palavra para isso em Novafala: *rostocrime* (ORWELL, 2009, p. 79).

A figura do inimigo externo eram os países em conflito, mas existia também um inimigo interno que justificava qualquer ato de disciplina extremada, uma vez que ela era necessária para evitar a propagação das ideias desse inimigo. Seu nome era Goldstein:

Goldstein atacava o Grande Irmão, denunciava a ditadura do Partido, exigia a imediata celebração da paz com a Eurásia, defendia a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade de pensamento, gritava histericamente que a revolução fora traída (ORWELL, 2009, p. 23).

Para combater esses inimigos, utilizando-se de um controle sobre as emoções das pessoas, o governa incitava, semanalmente, os dois minutos de ódio. Era um momento no qual as pessoas deveriam se curvar ao partido e mostrar todo o seu repúdio aos inimigos. A confusão psicológica alimentada pelos dois minutos semanais se tornava tão latente que, segundo Winston, já parecia naturalizada em algumas pessoas:

O mais horrível dos Dois Minutos de Ódio não era o fato de a pessoa ser obrigada a desempenhar um papel, mas de ser impossível manter-se à margem. Depois de trinta segundos, já não era preciso fingir (ORWELL, 2009, p. 25).

O partido possuía lemas contraditórios “Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força” (ORWELL, 2009, p. 27). E, da mesma forma, era organizado a partir de ministérios não menos contrastantes: o Ministério do Amor, que cuida da tortura; o da Paz, que trata das ações e investidas de

guerra; o da Pujança, que lida com a escassez de alimentos e, por fim, o Ministério da Verdade (onde Winston trabalha), que distorce a verdade em prol da mentira. Esse último ministério, que é responsável por reeditar o passado, adulterando informações que sejam convenientes ao partido, é o que assegura o controle sobre a memória. As pessoas que desconfiassem de algo que estivesse escrito não teriam mais fontes para comprovar suas suspeitas e, portanto, sua própria sanidade mental seria questionada.

É dessa forma que o partido tem controle sobre o tempo: “Se o Partido era capaz de meter a mão no passado e afirmar que esta ou aquela ocorrência *jamais aconteceu* – sem dúvida isso era mais aterrorizante do que a mera tortura ou morte” (ORWELL, 2009, p. 47). Dessa forma, “quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 2009, p. 47).

Contudo, uma pergunta pode ascender. Se a população que não faz parte do partido é consideravelmente mais numerosa que os membros do partido, porque ela não se une e se rebela contra esse estado opressor? Além da falta de tempo dos trabalhadores para se reunirem enquanto classe, há outro fator determinante: o medo. Esse medo era alimentado diariamente pelo próprio partido, que sabia o poder que esse sentimento provocava nas pessoas. Uma das formas de fomentar o medo era não só a difusão da figura dos vilões, mas também o constante clima de guerra. Não obstante, a guerra resolvia mais um problema nesse sistema, sendo o mal necessário para controlar a distribuição e o acesso aos produtos, bem como para manter a população operante. Dessa forma:

o ato essencial da guerra é a destruição, não necessariamente de vidas humanas, mas dos produtos do trabalho humano. A guerra é uma forma de despedaçar, de projetar para a estratosfera ou de afundar nas profundezas do mar materiais que, não fosse isso, poderiam ser usados para conferir conforto excessivo às massas e, em consequência, a longo prazo, torná-las inteligentes demais (ORWELL, 2009, p. 227).

Consequentemente, não é a guerra que importa, mas a tensão advinda dela:

Não importa se a guerra está de fato ocorrendo e, visto ser impossível uma vitória decisiva, não importa se a guerra vai bem ou mal. A única coisa necessária é que exista um estado de guerra [...] A guerra devora o excedente de bens e contribui para preservar a atmosfera mental que convém à uma sociedade hierárquica (ORWELL, 2009, p. 228-235).

Uma vez que se mantenha a hierarquia social, o que a população em geral pensa ou deixa de pensar não ameaça as forças do partido. No entanto, o que os intelectuais e as pessoas ligadas ao poder pensam, bem como a forma como agem e se manifestam, merece importância:

Seja qual for a opinião que as massas adotam ou deixam de adotar, essa opinião só merece indiferença. As massas só podem desfrutar de liberdade intelectual porque carecem de intelecto. Num membro do Partido, porém, o menor desvio de opinião sobre o mais insignificante dos assuntos é intolerável (ORWELL, 2009, p. 248).

Concluindo essa primeira parte da análise da obra, é importante salientar que o partido tinha dois objetivos claros: “primeiro, conquistar toda a superfície da Terra; segundo, extinguir de uma vez por todas a possibilidade de pensamento independente” (ORWELL, 2009, p. 229). O primeiro objetivo consistia em manter o estado de guerra na conquista de territórios. O segundo objetivo, por sua vez, é o que vai fazer com que se desenvolva toda uma linha de raciocínio capaz de “extinguir” a capacidade de pensar. Para atingir esse objetivo, o partido criou uma nova língua: a Novafala, que será abordada mais adiante nesse artigo.

4 Censura: a palavra proibida, o discurso e a manipulação do povo

Na obra *1984*, com o intuito de controlar o pensamento do povo, o Partido utiliza a censura, modificando textos e definindo o que pode ou

não ser consumido pelo público. Assim, a censura é responsável por vetar vários temas da comunicação social. No âmbito dos meios de comunicação, a televisão e o rádio são os veículos de maior abrangência e, por isso, podem influenciar a mentalidade do povo. Isso pode ser percebido no texto de Orwell, quando ele menciona as teletelas que, além de vigiar, também são responsáveis por transmitir informações que induzem a forma de pensar e agir de seus telespectadores. O autor menciona ainda que a invenção da imprensa facilitou a manipulação da opinião pública. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da televisão e o avanço técnico colocaram um fim à vida privada. Dessa forma, “todos os cidadãos, ou pelo menos todos os cidadãos suficientemente importantes para justificar a vigilância, podiam ser mantidos vinte e quatro horas por dia sob os olhos da polícia, ouvindo a propaganda oficial, com todos os outros canais de comunicação fechados” (ORWELL, 2009, p. 242-234).

A vigilância e a censura também ocorreram de forma bastante rígida em dois momentos da história brasileira. A primeira delas se deu na Era Vargas, quando foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) cujo objetivo, segundo Goulart (1990), era centralizar e coordenar a comunicação social do Estado Novo. Sua função era elucidar a “opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira” (GOULART, 1990, p. 62). Nesse contexto, a comunicação social tinha por objetivo incensar a figura de Vargas, identificando-o com Deus, que tudo vê e tudo compreende e, além disso, apresentar a sociedade como um grupo no qual todos eram iguais, atingindo as classes trabalhadoras urbanas com o intuito de integrá-las ao jogo político pelo populismo, definindo o trabalho como fator essencial para a dignidade humana. Como na obra de Orwell, o governo buscava popularizar o regime nas mais diversas camadas sociais, fazendo com que as pessoas concordassem

com suas propostas e o apoiassem evitando, assim, as revoluções e protestos.

Um pouco mais tarde, durante a Ditadura Militar, intensificou-se a atuação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), que era responsável pela criação de um órgão com o objetivo de controlar a informação. Era um apêndice da Imprensa Nacional, dirigido pelo jornalista Salles Filho. Sua função, segundo Goulart (1990), era esclarecer a opinião e os órgãos de publicidade particulares, sendo responsável pelo fornecimento de dados precisos e esclarecimentos, prevendo um direcionamento da opinião pública, buscando legitimar a nova situação ditatorial.

Já na obra *1984*, a censura era feita pelo Departamento de Documentação, uma ramificação do Ministério da Verdade, local onde Winston trabalhava e

cuja função primeira não era reconstruir o passado e sim abastecer os cidadãos da Oceânia com jornais, filmes, livros escolares, programas de televisão, peças dramáticas, romances – com todo tipo imaginável de informação, ensino ou entretenimento, de estátuas a slogans, de poemas líricos a tratados de biologia, de cartilhas de ortografia a dicionários de Novafala (ORWELL, 2009, p. 57).

Ao analisar as palavras do autor, percebe-se que esse Ministério era responsável por definir o que seria veiculado para a população, buscando induzir sua forma de ver o governo e sua situação de vida. O autor afirma ainda que as teletelas seguidamente apresentavam estatísticas com o objetivo de provar que, no momento atual, a população estava mais bem abastecida do que antes, com casas melhores, mais comida, roupa e opções de lazer, trabalhando menos e, dessa forma, tornando-se mais saudável, forte e feliz do que cinquenta anos antes.

A existência da censura e a forma como ela é aplicada leva a pensar na importância do discurso e no poder que possuem as pessoas que sabem dominá-lo. Segundo Foucault (2002, p. 10), “o discurso não é simplesmente

aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Percebe-se, então, que o detentor da palavra possui o poder de fazer com que os outros acreditem nele e sigam seus ideais, o que torna possível a manipulação do povo por governos totalitários.

Foucault (2002) apresenta três sistemas de exclusão que atingem o discurso, sendo eles: *a palavra proibida*, presente em *1984* com a extinção de palavras que poderiam incitar uma revolução; *a segregação da loucura*, também mencionada em *1984*, uma vez que as pessoas que tentavam contestar o Partido eram enviadas ao Ministério do Amor, sendo afastadas do convívio social e “consertadas” pelos membros do Partido; *a vontade de verdade*, mencionada em dois momentos na obra de Orwell, inicialmente quando Winston começa a contestar as informações que recebe e deseja expor a sua verdade, a sua percepção do que ocorre e, em seguida, quando O’Brien explica para ele que a única verdade existente é a verdade do Partido, que não pode ser contestada. Nesse sentido, Foucault afirma que

essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente, sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo, atribuído (FOUCAULT, 2002, p. 17).

Esse fato pode ser encontrado em *1984*, seja quando o protagonista menciona que as crianças são ensinadas a vigiar suas famílias para ver se algum de seus membros está cometendo crimes contra o regime, seja quando se analisa o trabalho realizado pelo Departamento de Documentação, reescrevendo e modificando livros, dicionários, revistas, entre outros, para

que o povo receba as informações “corretas” a respeito do governo. Além disso, Foucault relata que os discursos políticos não podem ser dissociados da prática de um ritual que determina aos participantes “propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos” (FOUCAULT, 2002, p. 39). Nesse contexto, a educação é uma maneira de a política modificar e manter a apropriação do discurso e, assim,

a formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle (é o que se passa, por exemplo, quando uma disciplina toma forma e estatuto de discurso científico); e, inversamente, as figuras do controle podem tomar corpo no interior de uma formação discursiva (assim, a crítica literária como discurso constitutivo do autor) (FOUCAULT, 2002, p. 66).

Percebe-se, então, que o detentor da palavra possui poder e, dessa forma, pode definir como o discurso será conduzido. Se desejar, o discurso será permeado por mecanismos de controle, buscando induzir os demais a aceitarem suas ideias, tolhendo sua liberdade. Porém, para usufruir do controle de forma mais completa, os governos totalitários também fazem uso da vigilância e da tortura, fatos que também são mencionados em *1984*.

5 Punição e disciplina: vigiar e punir

Estruturada em três partes: suplício, punição e disciplina, a obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault apresenta algumas estratégias utilizadas pelas sociedades moderna e contemporânea para manter a ordem e controlar a sociedade. A interminável vigilância e a disciplina as quais os cidadãos estão submetidos, principalmente durante os regimes de exceção, culminam em punições que tendem muito mais ao controle da população do que à punição pela infração em si.

Na primeira parte do livro, que aborda as súplicas e, conseqüentemente, o teatro que envolvia as torturas em praça pública com o objetivo de amedrontar a população para que não cometesse as mesmas infrações do condenado, Foucault explica o que se pensava em relação às punições, que “não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após a obtenção de tais modificações” (FOUCAULT, 1997, p. 20).

Mesmo que as súplicas em praça pública tenham deixado de acontecer, as torturas dentro das prisões funcionam a partir da mesma óptica. Várias são as passagens, na obra *Vigiar e Punir*, que traduzem essa intenção de julgamento, para que o acusado não volte a cometer o mesmo crime. Segundo Foucault (1997), “a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime (p. 13). Ou seja:

diminuir o desejo que torna o crime atraente, aumentar o interesse que torna a pena temível; inverter as relações das intensidades, fazer com que a representação da pena e de suas desvantagens seja mais viva que a do crime com seus prazeres (FOUCAULT, 1997, p. 88).

Tem-se, portanto, um objetivo claro quanto à aplicação das torturas. Uma intenção que, antes de punir, exige que a pessoa confesse. Há uma exigência pela verdade que faz com que o acusado denuncie e confesse seus próprios crimes. Há um interesse incessante em conhecê-la. As súplicas e as torturas, de fato, querem descobrir a verdade e, nesse sentido:

o verdadeiro suplício tem por função fazer brilhar a verdade; e nisso ele continua, até sob os olhos do público, o trabalho do suplício do interrogatório. Ele opõe à condenação a assinatura daquele que sofre. Um suplício bem sucedido justifica a justiça, na medida em que publica a verdade do crime no próprio corpo do suplicado (FOUCAULT, 1997, p. 39).

Quando se opta por uma sociedade mais punitiva do que liberal, mais restritiva do que abrangente, mais opressora do que complacente, a vigilância se torna um instrumento poderoso e necessário para a manutenção do poder. Em muitos momentos da história, para garantir uma vigilância eficaz, fez-se necessária não só a criação de instituições preocupadas com essa questão, mas também o apoio do maior número de pessoas possível. A vigilância hierarquizada apresenta-se de duas formas igualmente importantes: de cima para baixo, a partir das instituições, dos controladores, da segurança; e de baixo para cima, através da delação. Desse modo:

organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede ‘sustenta’ o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (FOUCAULT, 1997, p. 148).

Na terceira parte do livro, que abrange a disciplina, apresenta-se o processo inverso. Enquanto as súplicas e as torturas parecem cruéis e são medidas *a posteriori*, ou seja, sua eficácia se dá após o crime, a disciplina age *a priori*. É a partir de um controle intenso sobre a sociedade, marcado pela vigilância constante e pelo medo da punição, que se previnem as violações e os abusos do indivíduo. A disciplina tem uma relação estreita com o poder. Disciplinar os indivíduos significa controlar suas ações, seus impulsos, seus desejos e, em casos extremos, até seus pensamentos. Segundo Foucault,

a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso,

e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1997, p. 119).

Em um dos diálogos entre O'Brien e Winston, O'Brien define o que é o poder para ele, relacionando-o à tortura ao afirmar que: “poder é infligir dor e humilhação. Poder é estraçalhar a mente humana e depois juntar outra vez os pedaços, dando-lhes a forma que você quiser” (ORWELL, 2009, p. 311).

Ainda na obra de Orwell, outro aspecto da disciplina exposto por Foucault fica explícito. Todos os cidadãos da Oceania sabem exatamente sua função e sua posição na sociedade. Suas atribuições foram previamente definidas e não as cumprir ou mesmo questioná-las significa infringir a lei. Em Foucault, essa organização espacial e de funções na sociedade é fundamental para que a disciplina seja eficaz: “a disciplina precede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (p. 121). Esse seria o princípio da clausura:

cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; [...]. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimentos, portanto, para conhecer, dominar e utilizar (FOUCAULT, 1997, p. 123).

Mais uma relação entre a ficção de *1984*, a teoria foucaultiana e a prática durante as ditaduras e os regimes totalitários em diversos lugares, inclusive no Brasil, tanto na ‘era Vargas’, quanto na ditadura militar, é a questão da individualização dos corpos. O simples ato de conversar com as pessoas, discutir ideias políticas, filosóficas e expressar opiniões, era considerado

subversivo. Quem ousasse se manifestar, poderia ver ampliada sobre si a vigilância e, por conseguinte, a punição. Sobre todas essas questões, o filósofo afirma:

a disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. [...] Enquanto a taxinomia natural se situa sobre o eixo que vai do caráter à categoria, a tática disciplinar se situa sobre o eixo que liga o singular e o múltiplo. Ela permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar de ‘celular’ (FOUCAULT, 1997, p. 125-127).

Embora inicialmente a ideia de indivíduo possa ser associada a um privilégio particular que eleva o nível de uma pessoa de mera pertencente à comunidade a um ser individual e, por isso, diferenciado, quando se pensa em disciplina, a ideia de individualização muda de sentido. A individualização corta laços, coíbe diálogos e exclui. Se houver ideias divergentes, elas ficarão restritas ao pensamento. Nesse sentido, Foucault afirma que:

quanto mais o homem é detentor de poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos, ou representações plásticas. Num regime disciplinar, a individualização, ao contrário, é ‘descendente’ à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados. [...] o indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama ‘disciplina’ (FOUCAULT, 1997, p. 160-161).

Além da individualização dos cidadãos para que não troquem experiências, histórias e conhecimento, outra forma de controlar a sociedade é preencher o seu tempo. Quanto mais focadas e envolvidas no trabalho

diário, menos tempo as pessoas terão para pensar, falar ou agir de forma discordante ao sistema, pois o “poder se articula diretamente sobre o tempo, realiza o controle dele e garante sua utilização” (FOUCAULT, 1997, p. 136).

Por fim, um último aspecto de convergência se evidencia: o objetivo adestrador da disciplina. Em 1984, isso é perceptível em diversos momentos, desde a obrigação de realizar exercícios físicos diariamente e sob a vigilância do partido, até a demonstração convincente de um patriotismo extremado. Em Foucault, essa prática vivenciada na ficção de Orwell recebe uma fundamentação: “o poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; [...] adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (1997, p. 143).

Considerando-se que a disciplina objetiva o adestramento, a obra 1984 trabalha com o adestramento do pensamento que, em última instância, é controlado e articulado pela fala. O controle eficaz desse pensamento seria, portanto, o controle da língua.

6 Novafala e o determinismo linguístico: a língua como controle do pensamento

Como afirma Fairchild (2014), Orwell explora o chamado determinismo linguístico, oriundo da Hipótese Sapir-Whorf, na imposição da Novafala. Segundo a autora, a Novafala opera como uma expressão literal do determinismo linguístico” (p. 8).

Em geral, diz-se que a Hipótese Sapir-Whorf possui duas versões. A versão forte ou extremada é a do determinismo linguístico: a língua determina o pensamento e a ação humana; a versão fraca, moderada ou “cautelosa” é a da relatividade linguística: nossa visão de mundo é

influenciada pela língua que utilizamos. Entretanto, Wolff e Holmes (2011) discordam dessa distinção que consideram supersimplificada e que não dá conta das mais recentes pesquisas sobre a relação entre linguagem e pensamento. Para os autores, a questão da relatividade linguística envolve uma família de propostas relacionadas que não caem nas categorias “fraca e forte”. Os autores desdobram a relação entre linguagem e pensamento em quatro perspectivas descritas a seguir:

- (i) *Linguagem como interferidora (meddler)*: Aqui se tem pensamento *com* linguagem. As representações linguísticas competem com as representações não linguísticas, no sentido de que a língua pode interferir na cognição pela interação de códigos perceptuais e linguísticos. Os resultados das pesquisas não implicam uma mudança no mecanismo perceptual subjacente ou nas representações da memória, porque os efeitos da linguagem na cognição foram interrompidos por tarefas de interferência verbal.
- (ii) *Linguagem como amplificadora (augmenter)*: Tem-se aqui também pensamento *com* linguagem. As representações linguísticas estendem ou permitem representações não linguísticas. Elas podem se combinar com representações não linguísticas habilitando a pessoa a realizar tarefas que não poderiam ser completadas com um ou outro tipo de representação sozinho.
- (iii) *Linguagem como holofote*. Neste caso, trata-se de pensamento *depois* da linguagem. A linguagem torna altamente relevantes certas propriedades do pensamento não linguístico. Ela pode atuar como um holofote, de modo a tornar certos aspectos no mundo mais salientes do que outros, em especial aqueles que são codificados em significados de palavras e construções específicas.

(iv) *Linguagem como indutora*: Também um caso de pensamento após a linguagem. É um modo ainda mais geral em que uma língua pode afetar o pensamento, privilegiando um modo particular de processamento que continua a ser acionado, mesmo depois de a língua estar em desuso. A linguagem inicia certos tipos de processamento no pensamento não linguístico.

Para Wolff e Holmes (2011), tanto as abordagens do tipo

linguagem como linguagem-do-pensamento como a do determinismo linguístico *podem ser rejeitadas nos campos teóricos e empíricos*, mas que achados mais recentes apoiam uma série de modos alternativos em que a linguagem poderia ter efeitos significativos sobre o pensamento, levando a possíveis diferenças no pensamento entre comunidades de linguagem (WOLFF; HOLMES, 2011, p. 253, grifos nossos).

Algumas passagens de Sapir ([1921], 1980, grifos nossos), (1-7) e Sapir (1958), (8), podem ser analisadas para o entendimento da hipótese. Segundo o linguista:

- 1 “[...] é mais do que provável que a linguagem seja um instrumento aplicado, de início, abaixo do plano dos conceitos e que o pensamento tenha surgido de uma interpretação requintada do conteúdo linguístico.” “Em outros termos, o produto desenvolve-se com o instrumento, e **o pensamento, na sua gênese e na sua prática diária, é tão inconcebível sem a linguagem quanto o raciocínio matemático é impraticável sem a alavanca de um simbolismo adequado.**” (p. 19)
- 2 “Pode ser que o pensamento seja um domínio natural, separado do domínio artificial da fala, mas **a fala parece ser a única estrada conhecida que nos conduz a ele.**” (p. 19)
- 3 “O ponto de vista que assumimos, (*sic*) não exclui de maneira alguma **a possibilidade de ser o crescimento da linguagem em alto grau dependente do desenvolvimento do pensamento.** [...] O instrumento torna possível o produto, o produto aperfeiçoa o instrumento.” (p. 20)

- 4 “O advento de um novo conceito é invariavelmente facilitado pelo uso mais ou menos forçado de um antigo material linguístico; **o conceito não atinge a uma vida individual e independente senão depois de ter encontrado uma encarnação linguística própria.**” (p. 20)
- 5 “[...] **a linguagem como estrutura, mostra ser, na sua face interna, o contorno do pensamento.**” (p. 23)
- 6 “**A linguagem e os nossos canais de pensamento estão inextricavelmente ligados, e, a certos respeito, são uma e mesma coisa.**” (p. 171)
- 7 “[...] não creio, por outro lado, que a língua e a cultura tenham entre si, a rigor, qualquer relação de causa e efeito. Pode-se definir a cultura 'o que' a sociedade faz e pensa. **A língua é um 'como' especialmente se pensa.**” (p. 171)
- 8 “Vemos e ouvimos e de outro modo experienciamos muito amplamente como fazemos porque os hábitos de linguagem de nossa comunidade **predispoem a certas escolhas de interpretação.**” (p. 69)

Os trechos selecionados de uma das obras de Sapir indicam a relação estabelecida pelo linguista entre língua/linguagem e o pensamento. Enquanto em (2) e (3) se verifica uma conexão de duas mãos entre linguagem e pensamento, em (1), (4) e (7) a ligação entre a linguagem e o pensamento parece de influência da primeira sobre o segundo, sendo que em (1) a supremacia da linguagem é ainda mais forte que em (6), trecho em que linguagem e pensamento se fusionam. Já (5) revela a similaridade do pensamento de Sapir com relação ao de Wittgenstein ([1921], 1987), quando afirma que “Os limites da minha linguagem significa os limites do meu mundo”. (5.6, p. 114). Em (8) verifica-se uma versão fraca da hipótese pelo termo ‘predisposição’, ou, como propõem Wolff e Holmes (2011), a linguagem é vista como indutora.

Whorf (1944, grifos nossos), por sua vez, em seu estudo sobre concepção de tempo dos Hopi, afirma o que segue:

- 9 “Esta porção do toda da investigação aqui a ser reportada pode ser resumida em duas questões: (1) Nossos próprios conceitos de ‘tempo’, ‘espaço’ e ‘matéria’ são dados substancialmente da mesma forma pela experiência de todos os homens, ou eles são em parte condicionados pela estrutura de línguas particulares? (2) Há afinidades que se possa traçar entre (a) normas culturais e comportamentais e (b) padrões linguísticos de larga escala?” (p. 200-201)
- 10 “Na história Hopi [...] poderíamos encontrar um tipo diferente de língua e um conjunto diferente de influências culturais e ambientais trabalhando juntas. [...] Uma sociedade agrícola pacífica isolada por características geográficas e inimigos nômades em uma terra de escassas chuvas, agricultura árida que só poderia ser realizada com a maior perseverança [...], a necessidade de colaboração [...], milho e chuva como principal critério de valor, necessidade de preparativos extensivos e precauções para garantir o cultivo no solo pobre e clima precário, grande percepção da dependência da natureza, favorecendo a prece e uma atitude religiosa em relação às forças da natureza, especialmente a prece e a religião direcionadas para a bênção sempre necessária, a chuva – **essas coisas interagiram com os padrões linguísticos Hopi para moldá-los, serem moldados novamente por eles e, pouco a pouco, moldar a perspectiva de mundo do Hopi.**” (p. 213-214)
- 11 “Para resumir o assunto, nossa primeira pergunta perguntada no início (p. 200) é respondida assim: **os conceitos** de ‘tempo’ e ‘matéria’ não são dados substancialmente da mesma forma por experiência a todos os homens, mas **dependem da natureza da língua ou das línguas através do uso do qual foram desenvolvidas.** Eles não dependem tanto de qualquer sistema (por exemplo, tempo ou nome) dentro da gramática como sobre as **formas de analisar e relatar a experiência que se estabeleceram na língua como ‘formas de falar’ integradas e que atravessam as classificações gramaticais típicas, de modo que tal ‘modo’ pode incluir meios lexicais, morfológicos, sintáticos [...] coordenados em um certo quadro de consistência.**” (p. 214)
- 12 “Quanto à nossa segunda questão (p. 201) Existem conexões, mas não correlações ou correspondências diagnósticas entre normas culturais e padrões linguísticos. [...] Há casos em que os ‘modos de falar’ estão intimamente integradas com a cultura geral como um todo, se ou não esta seja universalmente verdadeira, e **há conexões dentro dessa**

integração, entre o tipo de análises linguísticas empregadas e várias reações comportamentais e também as formas tomadas por vários desenvolvimentos culturais. [...] Essas conexões serão encontradas não tanto se concentrando a atenção nas rubricas típicas da descrição linguística, etnográfica ou sociológica, como examinando a cultura e a linguagem (sempre e somente quando as duas estão historicamente juntas por um tempo considerável) como um todo em que as concatenações que atravessam essas linhas departamentais podem ser esperadas e, se elas existirem, eventualmente serem descobertas pelo estudo.” (p. 214-215)

- 13 “Assim, **nosso mundo de pensamento determinado linguisticamente** não só colabora com nossos ídolos culturais e ideais, mas envolve até mesmo nossas reações pessoais inconscientes em seus padrões e dá-lhes certos caracteres típicos”. (p. 221)

A abordagem de Whorf é mais radical. Em (10), padrões linguísticos interagem com condições culturais e ambientais e *moldam* uma visão de mundo. Em (11) os conceitos (investigados no estudo em questão) dependem da natureza da(s) língua(s) que os desenvolveram. Em (12), Whorf estabelece a relação/integração entre língua e cultura e, finalmente, em (13) há a expressão que dá forma à versão de determinismo linguístico na chamada versão forte da Hipótese Sapir-Whorf: a de que *nosso mundo de pensamento é determinado* linguisticamente. Observa-se, no cotejo dos trechos selecionados, que a hipótese do determinismo linguístico é mais whorfiana do que sapiriana em sua expressão direta. Cada língua é uma forma de comportamento aprendido e, conseqüentemente, parte da cultura, como se observa em (12).

A Novafala era o idioma oficial criado em substituição à Velhafala que era, até então, a língua usada em Oceania. O objetivo desse idioma era controlar o número de palavras e reduzir a língua a um mínimo necessário de elementos, de forma que, não havendo os vocábulos específicos para expressar-se, as pessoas deixariam de se manifestar sobre elas ou por meio

delas. Ou seja: “A Novafala foi concebida não para ampliar, e sim *restringir os limites do pensamento*, e a redução a um mínimo do estoque de palavras disponíveis era uma maneira indireta de atingir esse propósito” (ORWELL, 2009, p. 349, grifo nosso). A Novafala era, assim, a forma que o partido encontrou de controlar o pensamento:

o objetivo da Novafala não era somente fornecer um meio de expressão compatível com a visão de mundo e os hábitos mentais dos adeptos do Socing, mas também inviabilizar todas as outras formas de pensamento (ORWELL, 2009, p. 348).

A estrutura vocabular da Novafala é ilustrada no **Quadro 1**, que apresenta os três tipos de vocabulários criados; e o **Quadro 2** traz 22 termos que foram incluídos com os respectivos termos excluídos.

Quadro 1 – Vocabulário da Novafala

Vocabulário A	Vocabulário B	Vocabulário C
Composto por “palavras concernentes ao vocabulário do dia-a-dia” (ORWELL, 2009, p. 348), ou seja, palavras utilizadas somente para exprimir pensamentos simples e utilitários.	Composto por “palavras que não apenas tinham implicações políticas como tencionavam impor uma disposição mental desejável nas pessoas que as usavam” (ORWELL, 2009, p. 352).	Constituída apenas por termos técnicos e científicos. “Só em casos raros eram empregadas nas interlocuções cotidianas ou no discurso político” (ORWELL, 2009, p. 358).
Exemplos: * A palavra <i>pensamento</i> deixou de existir, sendo substituída por <i>pensar</i> , que era utilizada tanto como verbo quanto como substantivo. * A palavra <i>cortar</i> foi substituída por <i>faca</i> . * <i>Rápido</i> foi substituído por <i>velocidadoso</i> e <i>depressa</i> por <i>velocidademente</i> . * <i>Bem</i> se transformou em <i>benemente</i> e <i>quente</i> em <i>desfrio</i> .	Exemplos: * A palavra <i>bompensar</i> , relativa à “ortodoxia”, era flexionada da seguinte forma: <i>benepensar</i> (substantivo-verbo), <i>benepensado</i> (particípio), <i>benepensando</i> (gerúndio), <i>benepensivo</i> (adjetivo). * <i>Minipaz</i> (Ministério da Paz); * <i>Campofolia</i> (campos de trabalho forçado);	Exemplos: * Somente algumas palavras eram comuns a todas as listas; * Não existiam vocábulos que permitissem falar sobre a função da ciência como hábito mental ou método de pensamento (ORWELL, 2009, p. 358); * A palavra <i>ciência</i> não existia e todo o seu significado estava contido na palavra <i>Socing</i> .

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Orwell (2009).

Quadro 2 – Exemplos de palavras incluídas e excluídas do vocabulário da Novafala

	Palavras incluídas	Palavras excluídas
1	Desbom	Ruim
2	Maisbom	Excelente
3	Duplimaisbom	Esplêndido
4	Bompensar	Ortodoxia
5	Duplipensamento	Controle da realidade
6	Pensar	Pensar / pensamento
7	Velocidadoso	Rápido
8	Desclaro	Escuro
9	Pensocrépito	Perversidade / decadência
10	Sexocrime	Imoralidade sexual
11	Campofolia	Campos de trabalho forçado.
12	Velocidademente	Depressa
13	Benemente	Bem
14	Patofala	Grasnar feito um pato
15	Rostocrime	Ostentar uma expressão inadequada no rosto.
16	Desfrio	Quente
17	Maisfrio	Muito frio
18	Duplomaifrio	Extremamente frio
19	Desescuro	Claro
20	Crimepensar	Igualdade / liberdade e palavras similares.
21	Benesexo	Castidade
22	Papaproleta	Noticiários fraudulentos / eventos abomináveis.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Orwell (2009).

Em suma, a Novafala, por meio de seu vocabulário limitado, do apagamento de palavras e da propagação de *slogans* políticos “determinaria” o modo como as pessoas perceberiam e experienciariam a realidade e se expressariam, acabando por criar um povo subserviente ao Partido, permitindo que este agisse sem oposição por séculos. Isso ocorreria devido

ao fato de que, na prática, o determinismo linguístico predisponha os membros do Partido a cometerem o *crimepensamento* e os deixa incapazes de solucionar problemas básicos. Nesse contexto, como os membros do Partido Exterior não conseguiriam administrar a sociedade por meio da linguagem limitada de Novafala, as elites do Partido Interior e a polícia das ideias mantêm a ordem por meio da violência. Como o Partido não consegue determinar completamente as vidas e os pensamentos da população, a violência e a espionagem se tornam ferramentas de contenção, criando uma cultura do medo. (FAIRCHILD, 2014).

A questão é justamente, como bem expressa Fairchild (2014), que o Partido não consegue atingir seus objetivos apenas com a instituição da Novafala, outras formas de vigilância, controle e punições são necessárias para que o Partido se mantenha no poder.

Para nós, a questão que se coloca é se uma nova língua pode reformular radicalmente ou erradicar formas de pensamento, por condicionamento mental ou por levar à limitações cognitivas pelo não exercício do questionamento. Em nosso ponto de vista, a partir da brevíssima discussão de 1984, não se erradicam formas de pensamento apenas por meio da imposição de uma nova língua, mesmo que, conforme a pretensão do Partido, isso levasse várias gerações. Orwell, entretanto, prepara em 1984 um cenário em que isso seria possível, sobretudo pelo Ministério da Verdade, que reedita o passado.

De uma forma esquemática, podemos dizer que uma forma não simplista de tratar de versões da hipótese é colocar o problema da relação entre pensamento e linguagem de diferentes modos: (i) O pensamento é *sempre determinado* pela língua (cf. 1, 12); (ii) o pensamento é *sempre estruturado* pela língua (versão de (i)); (iii) o pensamento é *influenciado* pela língua (cf. 8); (iv) o pensamento é *algumas vezes reestruturado* pela língua; (v) o pensamento é *algumas vezes codificado* pela língua (cf. 4); (vi) pensamento e linguagem *são exatamente a mesma coisa* (cf. 6).

No caso da Novafala, temos a proposição de que o pensamento possa ser, em alguma medida e em um dado momento, *reestruturado* pela língua, pois trata-se de interditar a Velhafala em favor da instituição da Novafala em uma geração que a adquiriu como primeira língua. As gerações posteriores poderiam ter a Novafala como primeira língua, de modo que suas categorias conceituais encontrassem nas categorias linguísticas a sua forma habitual de expressão. Em 1984, a expectativa era a de que até 2050 a Novafala substituisse a Velhafala, de forma que, com o tempo, a censura e a vigilância seriam desnecessárias, a disciplina estaria automatizada e a punição seria obsoleta. Mesmo assim, está-se diante de uma língua mantida estável por mecanismos que apenas ficcionalmente seriam possíveis, e qualquer verossimilhança atinge seu limite máximo nesse plano ficcional. Contrariando a já citada máxima wittgensteiniana, os limites da linguagem não são os limites de nosso mundo. Uma dada cosmovisão de mundo pode ser influenciada pelas categorias lexicais e gramaticais oferecidas por uma língua ao “recortar” o *continuum* que é a “realidade”, mas a suposição de que o pensamento se estrutura exclusivamente pelas categorias que a língua oferece não tem respaldo empírico convergente até o momento. Diferentes autores analisam a questão do determinismo linguístico a partir de evidências empíricas (*e.g.*, KAY; KEMPTON, 1984; WOLFF; HOLMES, 2011), demonstrando que se trata, ainda, de uma questão controversa, com diferentes facetas. Conforme Hussein (2912), “se a língua que falamos determina totalmente nossa atitude com relação à realidade ou se somos meramente influenciados por sua inerente visão de mundo permanece como um tópico de calorosa discussão” (p. 642).

7 Considerações finais

Retomando Foucault (2002), apresenta-se sua pergunta: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos

proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (p. 8). Para o filósofo, a produção do discurso “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (p. 9). Os procedimentos de exclusão, por sua vez, incluem a interdição; “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância [...]” (p. 9). Para Foucault, um dos lugares privilegiados da interdição é a política, em sua relação com o poder. A interdição da Velhafala e a tentativa de anulação de sentidos que seu discurso produzia não garante a total reestruturação do pensamento, porque aquilo que se oculta exerce sua força na história, mais cedo ou mais tarde.

Embora não seja impossível a reestruturação do pensamento, sempre apenas em alguma medida, somente no plano ficcional em que se orquestram vários elementos de um universo espaço-temporal, formando um cenário geopolítico e sociocultural capaz de restringir história e memória, o ideal da erradicação de uma forma de pensar se torna viável. O Grande Irmão, que tudo vê, deseja exercer seu poder mediante o uso da palavra como forma de acesso ao pensamento e deste para a ação. Mas está claro que o pensamento excede a palavra, não está a ela restrito.

No dizer de Foucault (2002), a separação do louco cuja palavra era anulada ou não era acolhida institui a oposição do verdadeiro e do falso como uma possível forma de exclusão. Da mesma forma, a contestação do que dita o Ministério da Verdade é vista como insanidade, a Velhafala representa o que é falso, a palavra que deve arbitrariamente ser silenciada, enquanto a Novafala representa, em sua forma, a verdade (instituída). Porém, como diz Foucault,

como se poderia razoavelmente comparar a força da verdade com separações [...], separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas

modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconhecem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência. (p. 14).

Se para Santos (2011), a língua é mais que o sistema, para nós, além disso, a substância do conteúdo excede a forma do conteúdo, fazendo uso nos termos hjelmslevianos. Ou seja, a forma do conteúdo encapsula apenas parte do que é possível no plano das ideias. Desse modo, pode-se colocar em suspenso o determinismo em favor da versão moderada da Hipótese Sapir-Whorf.

Outra máxima wittgensteiniana conhecida, “acerca daquilo que se não pode falar, tem que se ficar em silêncio” (WITTGENTEIN [1921], 1987, 6.54, p. 142), no universo de *1984* poderia ser traduzida como “aquilo sobre o que não se pode falar, deve ser esquecido”. Outro ponto fundamental que separa a ficção orwelliana do determinismo linguístico é justamente a questão do esquecimento, do apagamento da “velha memória” como mecanismo de controle e exercício do poder. Mesmo que o pensamento fosse dramaticamente determinado pela língua, ainda assim, não há nada nessa hipótese extremada/determinística que sugira que esse efeito se estenda inexoravelmente à memória, um tema complexo e não menos controverso quando se trata de analisar as formas como ela se aloja nos produtos culturais resistindo ao esquecimento do passado.

Referências

- CASASANTO, Daniel. Who's afraid of the Big Bad Whorf? Crosslinguistic differences in temporal language and thought. *Language Learning*, v. 58, Suppl. 1, p. 63-79, Dec. 2008.
- FAIRCHILD, Kristen. *Dystopian language and thought: the Sapir-Whorf Hypothesis applied to created forms of English*. Honor Scholar 401-402. Senior Thesis, Depaw University, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987.

GAGLIARDI, Ana Paula Denadai. *1984: uma metáfora totalitarista*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

KAY, Paul; KEMPTON, Willett. What is the Sapir-Whorf Hypothesis? *American Anthropologist*, v. 86, p. 65-79, mar. 1984.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUSSEIN, Basel Al-Sheikh. The Sapir-Whorf Hypothesis Today. *Theory and Practice in Language Studies*, v. 2, n. 3, p. 642-646, Mar. 2012.

MAQUIAVEL: vida e pensamentos. São Paulo: M. Claret, 1997.

ORWELL, George. *1984*. Tradução de Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OSIKE, Desirrê Parzianello. *Relativismo linguístico em 1984 de George Orwell*. 2011, 52 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

RODRIGO, Lídia M. *Maquiavel: educação e cidadania*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SANTOS, Rodrigo Fernandes Assis dos. *O conceito de língua/linguagem em 1984 de George Orwell*. 2011, 193 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SAPIR, Edward. [1921]. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução de J. Mattoso Camara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SAPIR, Edward. *Culture, language and personality*. Berkeley: University of California Press, 1958.

TAVARES, Débora Reis. *A revolta contra o totalitarismo em 1984 de George Orwell, a formação do herói degradado*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

TIAGO, Héllen, Nívia. *Poder por amor ao poder: uma análise discursiva das relações de poder em 1984*, de George Orwell. 2015 145 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Catalão GO, 2015.

VICENTE, João Pedro. *Entendendo George Orwell: a estrutura das comunicações de massa no romance 1984*. (Monografia) – Universidade Fernando Pessoa, Portugal, 2005.

WHORE, Benjamin Lee. The relation of habitual thought and behavior to language. *ETC: A Review in General Semantics*, n. 1, p. 197-215, 1944.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico*. Tradução de M. S. Lourenço. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [1921] 1987.

WOLFF, Phillip; HOLMES, Kevin J. Linguistic relativity. *WIRES Cognitive Science*, v. 2, p. 253-265, May/June, 2011.

Recebido em 26/07/2017.

Aceito em 15/11/2017.